



V Reunião da Coordenação Nacional

Recife, 14 a 16 de novembro de 2005

Principais resultados e encaminhamentos

Índice

1.Avaliação das Instâncias do FBES.....	3
1.1.Relação Fóruns Estaduais e Nacional.....	3
1.2.Secretaria Executiva.....	3
2.Estrutura do FBES.....	3
3.Encontros Regionais.....	4
3.1.Encaminhamentos e resultados.....	4
4.Fortalecimento dos FEES e do FBES.....	5
4.1.Projeto Nacional de Fortalecimento dos FEES.....	5
4.2.Contribuições ao FBES.....	5
5.Conferências da Economia Solidária.....	5
5.1.Avaliação da Comissão da Conferência.....	5
5.2.Encaminhamentos para a Comissão da Conferência.....	6
5.3.Dos documentos a serem elaborados: características comuns e metodologia.....	6
5.4.Indicativos para o documento de regulamento das conferências.....	6
5.5.Indicativos para o documento-base.....	6
5.6.Indicativos sobre a natureza da Conferência.....	6
5.7.Indicativos de datas.....	7
5.8.Objetivos da Conferência.....	7
5.9.Indicativos sobre a metodologia de construção da conferência.....	7
5.10.Estratégias para realização da conferência.....	8
5.11.Outras sugestões para a Conferência (apenas indicativos).....	8
5.12.IV Plenária Nacional de ES.....	8
6.Mudanças na SENAES.....	8
7.Indicativos gerais para os GTs.....	8
8.Marco Jurídico.....	9
8.1.Avaliação do GT Marco Jurídico.....	9
8.2.Indicativos para o GT do Marco Jurídico.....	9
8.3.Lei de regulamentação do cooperativismo (do trabalho).....	10

8.4.Estratégias de mobilização sobre o tema.....	10
9.Relações Internacionais.....	10
9.1.Avaliação do GT.....	10
9.2.Propostas e encaminhamentos para o GT.....	11
10.Políticas Públicas.....	11
10.1.Avaliação do GT de Políticas Públicas.....	11
10.2.Propostas e encaminhamentos para o GT de Políticas Públicas.....	11
10.3.Indicativos aos estados.....	11
11.Finanças Solidárias.....	11
11.1.Avaliação do GT de Finanças Solidárias.....	11
11.2.Sugestões e propostas para o GT.....	11
11.3.Indicativos aos estados e coordenação executiva	12
12.Produção, comercialização e consumo.....	12
12.1.Avaliação do GT.....	12
12.2.Propostas e indicativos ao GT.....	12
12.3.Feiras Estaduais 2006 (orientações à Coord. Executiva e aos Estados).....	13
12.4.Indicativos para Coord. Executiva e aos estados.....	13
13.Formação.....	13
13.1.Avaliação da Comissão de Formação.....	13
13.2.Encaminhamentos.....	13
13.3.Propostas para o novo GT de Formação.....	14
13.4.Indicativos aos estados.....	14
14.Mapeamento.....	14
14.1.Avaliação do GT.....	14
14.2.Propostas e encaminhamentos para o GT.....	14
14.3.Indicativos aos estados e coordenação executiva.....	15
14.4.Preocupações.....	15
14.5.Desafios.....	15
15.Comunicação.....	15
15.1.Avaliação do GT.....	15
15.2.Encaminhamentos.....	16
15.3.Indicativos aos estados.....	16
16.FSM2006.....	16
17.Pan Amazônico.....	16
18.Próxima reunião nacional.....	17
19.Dia Nacional da Economia Solidária.....	17
19.1.Indicativos aos estados.....	17
19.2.Resultados e encaminhamentos.....	17

1. Avaliação das Instâncias do FBES

1.1. Relação Fóruns Estaduais e Nacional

- As informações têm sido enviadas em qualidade e quantidade, mas esta informação tem dificuldade de chegar dentro do estado, por problemas de fragilidade do fórum estadual, além de difícil acesso a internet de grande parte dos representantes. Mesmo havendo quem acesse as informações via internet, os FEES de maneira geral não têm estrutura suficiente para distribuir as mesmas no estado;

- Há uma grande dificuldade dos representantes conseguirem levar para os estados os resultados das reuniões nacionais: é muito difícil fazer o repasse nos estados no mesmo nível em que se debatem na esfera nacional. É preciso pensar metodologias que contemplem esta dificuldade.

- Há a necessidade do nível nacional compreender o tempo dos estados: muitas vezes vêm demandas com prazo curto, e os estados não dão conta disso;

- As pautas da coordenação nacional e as dos estados se sobrepõem, e assim fica difícil dar conta das pautas da coordenação nacional, pois a prioridade costuma ser das demandas do próprio estado. As pautas estaduais têm que ser levadas em conta na construção das pautas nacionais;

- Está havendo alta rotatividade nas representações estaduais das instâncias nacionais, o que dificulta termos estabilidade e acúmulo para tomar decisões mais rapidamente;

- É importante dividirmos responsabilidades e oportunidades para dar chance a novas lideranças para que surjam na esfera nacional;

- Um dificuldade sentida por alguns FEES é que nem sempre os empreendimentos dos estados conseguem se colocar nas reuniões nacionais. Sugestão: que se pense espaços nas reuniões nacionais para que os empreendimentos possam socializar seus acúmulos, que são muitos;

- Os boletins das reuniões nacionais devem ser entregues antecipadamente para os estados e entidades nacionais para que seus representantes consigam se preparar melhor.

1.2. Secretaria Executiva

- A secretaria executiva está trabalhando eficientemente;

- Temos que melhorar a questão do deslocamento para os encontros nacionais (vôos): devem chegar antes para conseguirmos descansar. E na recepção (aeroporto) tem que haver sempre alguém esperando com alguma placa de identificação.

2. Estrutura do FBES

- A partir de agora, ficam extintos o Conselho Interlocutor, a Comissão de Acompanhamento e a Comissão de Empreendimentos;

- Ao mesmo tempo, fica criada a **Coordenação Executiva**, que acumula as funções das três instâncias que se extinguíram (citadas acima), e tem composição de 13 pessoas, distribuídas por segmento da seguinte maneira:

* 7 representantes de empreendimentos, sendo 2 do norte, 2 de nordeste, 1 de sudeste, sul e centro-oeste. Os nomes escolhidos são (suplentes entre parênteses):

definir);

- . Elenir/RR, Carlos/AC, Joana/PA e Maria Dorama/AP (titulares e suplentes a definir);
- . Sandra/CE (Lenivaldo/PE);
- . Durval/PI (Pequeno/CE);
- . Tiana/MS (Domingos/DF);
- . Valmir/SP (Edson/ES);
- . José Selvino/PR (no encontro regional, vão confirmar o nome dele e a suplência – temporariamente Nelsa e Idalina);

* 5 representantes das entidades / redes nacionais de assessoria e fomento. As entidades escolhidas são (suplentes entre parênteses):

- . Cáritas (IMS);
- . FASE (IBASE);
- . Anteag (RBSSES);
- . ADS (Unicafes);
- . ITCPs (Unitrabalho).

* 1 representante da Rede de Gestores;

- Periodicidade das reuniões da coordenação executiva: uma vez a cada 4 a 8 semanas;
- Rotatividade: que os coordenadores mudem a cada 1 ano;
- A suplência tem que ser efetiva: diálogo permanente entre o coordenador(a) e sua suplência;
- A Coordenação Executiva tem poder de tomar decisões políticas já a partir de agora, devendo se reunir algumas vezes (pelo menos 2 vezes) até a próxima reunião da Coordenação Nacional.

3. Encontros Regionais

3.1. Encaminhamentos e resultados

- O Encontro Regional do Sul está previsto para 10 e 11 de dezembro de 2005;
- O Encontro Regional do Sudeste deve ser em abril de 2006;
- Foi confirmada a data do Encontro Regional Nordeste: 11 a 13 de janeiro de 2006. Alguns indicativos foram tirados para este encontro do nordeste:
 - * Pauta principal: 1) intercâmbio de experiências dos FEES; 2) Conferência Nacional.
 - * Está sendo instalada uma coordenação para organizar este encontro.
 - * Composição: 6 representantes por estado, sendo 3 da coordenação nacional, e os outros 3 definidos pelo FEES, buscando-se ter 4 de empreendimentos e 2 de assessoria ou gestão.
- O Norte defende a proposta de fazer um segundo encontro regional, em que os fóruns estaduais garantiriam estadia e alimentação, e o projeto do FBES garantiria o deslocamento.

4. Fortalecimento dos FEES e do FBES

4.1. Projeto Nacional de Fortalecimento dos FEES

- Os estados têm até o fim de novembro para enviar à Secretaria Executiva as correções de seus planos de trabalho estaduais, com valores atualizados. Os itens previstos no projeto são os seguintes:

- * Equipamento permanente (computador, etc...)
- * Equipamento de Consumo (material de escritório, cópias, etc...)
- * Pessoa(s) liberada(s) (1 ou 2)
- * Manutenção (aluguel, água, luz, etc...)
- * Plenárias e reuniões estaduais (sem as regionais)
- * Comunicação (boletins, etc...)

- Os estados que não enviarem serão inseridos no projeto com os valores padrões que estão atualmente na proposta de projeto;

- A Secretaria Executiva (com apoio da Coordenação Executiva) deve finalizar o Projeto Nacional de Fortalecimento dos Fóruns Estaduais (FEES) ainda este ano, e começar logo em seguida a busca de financiadores para a sua aprovação. Esta deve ser uma de suas prioridades de ação;

4.2. Contribuições ao FBES

- A Secretaria Executiva (e Coordenação Executiva) deve abrir uma conta para que entidades e empreendimentos possam contribuir com pequenos aportes para que o FBES tenha recursos para emergências, eventualidades e contas telefônicas que ultrapassem o valor previsto no atual projeto;

* Sugestão aos empreendimentos é de uma contribuição de R\$2,00 mensais, sendo R\$1,00 para o seu Fórum Estadual e a outra metade para o Fórum Nacional. Sugere-se que cada empreendimento contribua com um valor para meio ano (R\$12,00) ou um ano (R\$24,00) para facilitar a coleta;

* Quanto às entidades e redes nacionais, ficou a sugestão de uma contribuição mensal de R\$100,00 para as que tenham ação em mais de 10 estados. A secretaria executiva deve dialogar com as mesmas para definir cada contribuição específica;

5. Conferências da Economia Solidária

5.1. Avaliação da Comissão da Conferência

- A comissão se reuniu apenas uma vez, em novembro, desde sua criação em fevereiro deste ano. Poderia ter se reunido antes para já preparar estratégias para as Conferências Estaduais e Nacional;

- Os encaminhamentos tirados na reunião foram concretizados dentro dos prazos estipulados: foram indicados e contactados nomes para a equipe que vai elaborar os documentos de subsídio que o FBES proporá ao Conselho Nacional assim que este tomar posse.

5.2.Encaminhamentos para a Comissão da Conferência

- Nova função da comissão: acompanhar trabalho das três pessoas contratadas para garantir a qualidade do trabalho;

- Recursos: a comissão deve articular uma conversa com ministro do trabalho para tentar negociar recursos;

- A comissão deve também animar tentativas de emendas parlamentares para Conferência
- o Espírito Santo já conseguiu algo por seu estado;

5.3.Dos documentos a serem elaborados: características comuns e metodologia

- Os documentos devem ter cunho político: o que se entende por ecosol e o que não entendemos.

- Quem for fazer a consultoria tem que ter conhecimento sobre a base e estruturas dos fóruns estaduais;

- O documento-base deve partir de outros documentos já elaborados (carta de princípios, plataformas, GTs e reuniões nacionais).

5.4.Indicativos para o documento de regulamento das conferências

- Tem que definir de forma clara quem será o público das conferências, quem poderá participar das mesmas, p.ex. - organizações presentes no mapeamento realizado durante o ano de 2005, organizações articuladas em torno dos fóruns estaduais;

- Que fique claro o que não entendemos por ES ao definirmos os participantes.

- Descrição das formas de participação das três estruturas: governo, sociedade civil e em especial dos EES;

5.5.Indicativos para o documento-base

- Devem ficar claras definições, conceitos, marcos históricos e grandes decisões. Neste documento devem constar (abertos para debate):

* O que se entende por ES,

* Quais as nossas necessidades,

- Deve constar concepção de desenvolvimento econômico sustentável, abrangendo temas como gênero, etnias, etc...;

-

- Devem ser escolhidos temas prioritários para centrarmos força nos debates e evitar o enfraquecimento pela existência de uma quantidade muito grande de temas nas conferências.

5.6.Indicativos sobre a natureza da Conferência

- Ser um espaço de discussão e diálogo com outros setores da sociedade civil;

- Contemplar, entre as/os delegadas/os, um retrato da ES, respeitando toda a sua diversidade;
- Caracterizar propostas para a Economia Solidária que sejam independentes de governo;
- Ter como um de seus resultados parâmetros para marco legal e políticas públicas.
- Ser momento de formação política das/os participantes;
- Reformular a composição do Conselho Nacional de Economia Solidária (tem que estar claro desde o princípio que o CNES a ser criado é provisório e tem a principal função de organização das conferências);
- Em sua dinâmica, centrar-se valores da ES, e que os serviços e produtos da infraestrutura da Conferência sejam o máximo possível de empreendimentos da ES;
- Deixar clara a diferença entre o sistema OCB e Economia Solidária.

5.7. Indicativos de datas

- Conferências Estaduais: até meados de maio
- Conferência Nacional: segunda quinzena de junho

5.8. Objetivos da Conferência

- Definir e aprofundar o debate do que nos fortalece enquanto movimento.
- Contribuir para visibilizar qual é cara da ES.
- Dar visibilidade e fortalecimento aos empreendimentos - elemento para fortalecer a base
- Comprometer os governos municipais e estaduais com a economia solidária
- Definir o marco legal desejado pelo movimento de ES.

5.9. Indicativos sobre a metodologia de construção da conferência

- Deve ter representatividade da Economia Solidária: garantir a legitimidade do protagonismo e contemplar a diversidade da economia solidária;
- Deve haver cuidado com a metodologia a ser aplicada, para que seja eficiente e inclusiva;
- As conferências devem ser organizadas pelo CNES em parceria do FBES;
- A equipe contratada construirá propostas do documento de regulamentação das Conferências, levando em conta alguns resultados do debate:
 - * Os delegados da Conferência Nacional devem ser eleitos a partir das Conferências Estaduais. (ponto não consensual: representantes do Pará e Amazonas contestaram a realização de Conferência Estadual, chegando a defender que nestes estados sejam feitas apenas Conferências Regionais, devido às suas características geográficas);
 - * Outra opção é que seja sugerido pelo documento que o Estado defina suas delegações estaduais através de pré-conferências (municipais e/ou regionais), mas sem obrigar, para que seja de acordo com a dinâmica de cada estado;
 - * Outra sugestão é que o mapeamento sirva para termos uma idéia do quorum desejável em cada conferência estadual (p.ex: 30% dos mapeados no estado...). É um indicativo, principalmente se lembramos que haverá embate com outros setores da sociedade.

5.10. Estratégias para realização da conferência

- Estimular assessoria, empreendimentos, gestores para mobilização.
- Buscar apoio financeiro da SENAES para mobilização: demandar que a prioridade da SENAES seja a conferência.
- Alternativa de fonte de financiamento: buscar emendas parlamentares (o prazo para apresentação é 30 de novembro!).

* Frente parlamentar de SP e do Espírito Santo devem entregar em uma semana à secretaria executiva uma carta modelo para que os estados possam batalhar por emendas parlamentares em prol da Conferência Estadual e Nacional.

* Deve-se buscar informar-se se a emenda desejada liberará os recursos a tempo para a conferência estadual ou nacional, e não estará vinculada a programas governamentais de apoio a trabalho e renda. Além disso, a entidade proponente tem que ter agilidade, documentos em dia e em alguns casos registro no Conselho de Assistência Social para conseguir ter acesso rápido a esses repasses;

5.11. Outras sugestões para a Conferência (apenas indicativos)

- Proposta de tema: "Outra economia é possível porque ela acontece"
- Propostas de nomes: CONFEEES e CONFENAES

5.12. IV Plenária Nacional de ES

- Deve ser depois da Conferência Nacional, mas não ficou decidido se seria logo em seguida para aproveitar a operacionalização da Conferência ou se é melhor que seja em outro momento (Feira Nacional?) para desvincular os dois eventos;

6. Mudanças na SENAES

1. A Coordenação Executiva deve fazer uma avaliação dos acúmulos e fragilidades da SENAES e de suas ações sob a perspectiva das prioridades do movimento de Economia Solidária;
2. Continuaremos nosso diálogo com o ministro (realização de nova audiência), para afirmar a importância dos quatro pontos de pauta que havíamos pleiteado na primeira audiência (e ver os avanços desde então), além de apresentar um balanço de quais são as ações da SENAES que interessam ao movimento de ES e têm que continuar, independente das mudanças na SENAES;
3. A Coordenação Executiva deve dialogar com o Secretário Paul Singer sobre esta audiência e os pontos que serão colocados pelo movimento junto ao ministro;

7. Indicativos gerais para os GTs

- Perspectiva de criar GTs Gerais para fazer intercâmbio com FBES;
- Buscar o fortalecimento da interlocução entre Gts;

- Aumentar a comunicação entre os GTs e entre os GTs e Secretaria Executiva, o que significaria termos relatórios sistematizados e publicizados.

8.Marco Jurídico

8.1.Avaliação do GT Marco Jurídico

- GT tem monitorado e estimulado debate sobre temas e questões com desdobramento político.

- Várias das funções dos GTs, como debate sobre finanças solidárias e fomento aos EES, ainda não estão sendo debatidas

8.2.Indicativos para o GT do Marco Jurídico

- É prioridade para o GT avançar na elaboração do ***Estatuto da Economia Solidária***

. Esta é a principal função do GT e deve ser o carro-chefe dos seus trabalhos;

. O Estatuto deve ser elaborado a partir de tudo o que temos acumulado no movimento);

- O GT Marco Jurídico deve também priorizar o debate sobre o projeto de lei de regulamentação das cooperativas de trabalho.

. Os resultados devem ser repassados o mais rápido possível aos estados.

. Neste debate, é preciso contemplar a questão tributária. Neste sentido, surgiram as seguintes considerações:

1. Incluir questão tributária no projeto das cooperativas de trabalho a partir dos acúmulos do movimento advindos das plenárias nacionais, encontro nacional de empreendimentos, reuniões nacionais, entre outros;
2. Por outro lado, advogados deixam claro que não dá para inserir-se a questão tributária no projeto.
3. O debate da questão tributária para cooperativas não deve ser confundido com o debate da "reforma tributária": seria importante se aproximar da comissão de formação para que esta procure pautar a inserção de esclarecimentos a respeito nas propostas de formação.
4. Há exemplos em que municípios conseguiram tributação diferenciada para cooperativas (caso de Diadema/SP).

- O GT deve partilhar os andamentos de seus trabalhos por meio eletrônico: falta reunião e relatório;

- O GT deve ser reavivado e fortalecido;

- O GT deverá discutir nos estados ou regiões sobre a lei de cooperativas. Papel mobilizador, articulador culminando num processo de construção, visibilidade acenando a uma bandeira da Economia Solidária.

- O GT deve se reunir o mais breve possível, com os nomes indicados a seguir (trata-se de uma redução da quantidade de participantes):

Bruno Ribeiro (Catende/PE)

Daniel Rech (CE)

José Antônio Beris Gediel (Rede de Incubadoras/UFPR)

Leonardo do Egito Coelho (FCP/RJ)
Marcelo Mauad (Unisol/CUT/ADS)
Jose Selvino (PR)
Nicolau Priante (MT)
Bené (ITCPs) – João Roberto (IBASE) de suplente
SENAES (deve indicar)

8.3.Lei de regulamentação do cooperativismo (do trabalho)

- A prioridade do FBES deve ser dada no momento ao projeto de lei das cooperativas de trabalho, claro que acompanhando a articulação em prol da lei geral do cooperativismo, mas centrando força neste projeto.

- A Secretaria Executiva do FBES (com apoio da Coordenação Executiva) deve cobrar o documento provisório da SENAES sobre cooperativas de trabalho para que os estados possam avaliá-lo;

- Os Fóruns Estaduais devem criar uma comissão de sensibilização que estude o documento das cooperativas de trabalho proposto pela SENAES e o apresente aos diversos atores políticos locais para sensibilizá-los a compatibilizá-lo com a realidade da Economia Solidária local.

8.4.Estratégias de mobilização sobre o tema

- Os estados devem fazer uma ação mobilizadora mais contínua e ativa, fazendo uso das propostas de marco legal produzidas pelo GT de Marco Jurídico;

- Devemos nos unir com CUT e Unicafe para ver como está a mobilização nacional da qual tratará, também, da lei do cooperativismo, fazendo também reuniões com estas entidades nos estados;

- Cada estado deve refletir, também, sobre a reforma da carga tributária, para a adequação ao projeto elaborado pelos companheiros do FBES.

- É preciso fazer uma carta denunciando as artimanhas da OCB para a Aliança Cooperativa Internacional.

- Os estados devem entrar com Ação de Inconstitucionalidade Direta contra os artigos 105 e 106 da atual lei do cooperativismo, a exemplo do Espírito Santo, para minar a OCB (O GT de Marco Jurídico deve dar suporte);

- Os estados devem se articular com câmaras e assembleias legislativas apresentando nossa proposta e denunciando as da OCB.

9.Relações Internacionais

9.1.Avaliação do GT

- O FBES tem tido definição política de relações internacionais, em especial na América Latina.

- O GT-RI esteve muito ativo em 2005, atingindo muitos resultados positivos para o FBES na arena internacional, ampliando a sua articulação para além dos momentos do FSM (como por exemplo em Santa Maria, Cochabamba, Cumbre de los Pueblos e interlocução com o Ministério de Economia Popular da Venezuela).

9.2.Propostas e encaminhamentos para o GT

- O GT deve avançar em acordos comerciais internacionais, em articulação com o GT de Produção, Comercialização e Consumo.

- A composição do GT foi ampliada com mais duas pessoas de empreendimentos: Walmir (SP) e Maria Dalvani (RO).

10.Políticas Públicas

10.1.Avaliação do GT de Políticas Públicas

- O plano de ação foi encaminhado e cumprido;

- O Termo de Referência e critérios elaborados pelo GT são passíveis de avaliação levando em conta particularidades de cada região / estado.

10.2.Propostas e encaminhamentos para o GT de Políticas Públicas

- Tirar centralidade do Centro Público, avançando para outras questões que são importantes para política pública;

- Uma proposta para se pensar: produzir projeto de desenvolvimento (algo como um “projeto Brasil solidário”) pensando um campo diferente do capitalismo, que pode se tornar instrumento para as eleições;

- GT Deve dialogar com outras áreas como crédito e PRONADES;

- Governo vai criar casas Brasil e de Cultura: a economia solidária terá espaço e seria importante o FBES elaborar uma proposta para participação.

10.3.Indicativos aos estados

- Ver a relação entre o Centro Público e o Fórum local;

- É preciso fazer conhecer o Termo de Referência.

- Fazer avaliação dos Centros Públicos.

11.Finanças Solidárias

11.1.Avaliação do GT de Finanças Solidárias

- BNB – Fundos Solidários avançou muito;

- Fundo dos 370 milhões está parado.

- O GT não está ágil: tem se centrado somente nos 370 milhões. Até maio, houve muitas reuniões e articulações, por causa da perspectiva deste fundo, mas depois, quando se perdeu as possibilidades, o GT não mais se reuniu;

11.2.Sugestões e propostas para o GT

- É necessário repensar a composição do GT, fortalecendo participação de pessoas do FBES;

- O GT deve avançar no desenvolvimento do **marco conceitual** de Finanças Solidárias em suas várias manifestações (micro-crédito, moedas sociais, bancos comunitários, etc.). Para isso, há algumas propostas:

. Contratar consultoria para que se faça uma sistematização e proposição do campo da ES em Finanças Solidárias a partir dos acúmulos deste GT;

. Realização de um seminário de aprofundamento do debate sobre concepção de Finanças Solidárias;

. Mapear experiências internacionais de Finanças Solidárias → articular com o GT-RI.

. O GT deve se reunir ainda este ano, na perspectiva de construção deste seminário e encaminhamento da consultoria;

11.3. Indicativos aos estados e coordenação executiva

- PRONADES: ampliar alianças (Unisol, Unicafes);

- Dedicar tempo para articular a política, inclusive abrangendo outros órgãos governamentais (MDA, MDS) que têm programas de Economia Solidária ou afins;

12. Produção, comercialização e consumo

12.1. Avaliação do GT

- O GT teve duas reuniões durante todo o ano, sendo as demais articulações via correio eletrônico, nos momentos de reunião da Coordenação Nacional e em reuniões de sub-grupos;

- Avançou-se na construção de cadeias do algodão, do mel e frutas (em andamento) ;

- A composição do GT está satisfatória, por ter representação por segmentos;

- Comércio Justo: tem um grupo que está pensando um certificado nacional, que será apresentado assim que estiver pronta uma proposta inicial;

12.2. Propostas e indicativos ao GT

- Pensar cadeias produtivas entre empresas recuperadas (ex. manutenção de máquinas + metalurgia);

- Sobre o Programa de Feiras Estaduais, são indicativos ao GT:

. Rever o Termo de Referência, especialmente no campo de construção e metodologia para feiras (como se faz uma feira de ecosol?);

. Neste sentido, pensar sobre a perspectiva de feiras regionais, permanentes e microrregionais;

. Outro aspecto a se pensar é em como as feiras possam ser expressão de cadeias solidárias existentes;

. Organizar uma oficina de formação sobre feiras, com participantes com experiência prática (p. ex: camelôs, feirantes, etc.);

- Fazer interlocução com GT Comercialização, produção e consumo;

- Melhorar sua comunicação com o FBES (em especial nos estados);
- Agilizar processo de comunicação das articulações: coordenadas por FACES e CEALNOR;
- Pensar sobre constituição de uma cadeia de marcas (a exemplo de MG);

12.3. Feiras Estaduais 2006 (orientações à Coord. Executiva e aos Estados)

- Deve haver feiras de ES em todos os 27 estados;
- Deve-se lutar por política pública para apoio às feiras em nível municipal e de estadual;
- Com isso, avançar em garantir maiores recursos (parceiros locais, regionais, estaduais e federais) para o programa de feiras de modo a fortalecer a viabilidade econômica das mesmas;
- Os estados devem enviar à secretaria executiva do FBES o seu projeto de feira estadual o mais rápido possível;
- Para pequenos empreendimentos, as feiras realizadas uma vez por ano não são boas. Por isso é interessante que as propostas de feiras estaduais busquem se integrar a outras feiras que já acontecem;
- Faz-se necessária a ampliação da discussão sobre as feiras com outras pessoas do FBES;

12.4. Indicativos para Coord. Executiva e aos estados

- Visibilizar a cadeia do algodão – dar visibilidade política que reforce a construção de outras cadeias, como do mel, da fruta e do extrativismo;
- Perspectiva futura de construção de uma cadeia de cultura (integração à cadeia do algodão);
- Realizar uma feira nacional em 2006, em parceria com o Ministério da Cultura;
- Buscar implementar as outras Cadeias Produtivas já propostas no GT;
- Buscar maior articulação entre as cadeias e o FBES (em particular os Fóruns Estaduais);
- Possibilidade: IMS ou outra entidade fazer o convênio direto com governo.

13. Formação

13.1. Avaliação da Comissão de Formação

- O funcionamento da comissão foi todo em prol da organização da oficina;
- Foi realizada esta oficina em outubro de 2005;
- Está em elaboração um material de avaliação e informes da oficina, além de uma publicação com as experiências de formação apresentadas e principais resultados da mesma;

13.2. Encaminhamentos

- Fica criado o **GT de Formação**, com a seguinte composição, que poderá ser ampliada ou modificada em sua primeira reunião:

Lia Tiriba - RJ
 Débora Nunes – BA (como especialista, e não como representante do FEES/BA)
 Lenivaldo – PE - FBES
 Edinara – SC
 Rosângela – MT

Adriana – RJ - FBES
Francisca – ANTEAG - FBES
Antonio Sena Filho – FBES
João Luis – RJ - FBES

- Os Centros Públicos de Referência devem ser considerados na interlocução com os estados no campo da formação;

- Fóruns Estaduais devem, na medida de suas possibilidades, criar GTs estaduais de Formação;

13.3.Propostas para o novo GT de Formação

- Deve-se desenvolver propostas de formação para trabalhadores do movimento em seus territórios;

- Sistematizar experiências de autoformação dos empreendimentos;

- Fazer pesquisa sobre políticas públicas nesta área;

- Organizar um encontro nacional de formação em ES;

- Pensar grandes eixos nacionais de formação que embasem o GT, a partir das várias experiências existentes;

- Debater a possibilidade de elaborar proposta de formação com certificação de ensino fundamental e médio;

13.4.Indicativos aos estados

- A formação é uma responsabilidade a ser assumida pelos estados, em diálogo com o GT;

14.Mapeamento

14.1.Avaliação do GT

- O GT foi constituído e consolidado com a participação de atores como UNITRABALHO, FASE, SENAES, FBES, dentre outros;

- Apesar do projeto de mapeamento ter sido aprovado em dezembro de 2004 os recursos só chegaram em outubro de 2005. Há estados que ainda estão em processo de coleta de dados;

- Até o final de 2005, deve ser concluído o mapeamento nos 27 estados;

- 12 reuniões realizadas durante o ano;

- Construção de uma análise parcial do mapeamento.

14.2.Propostas e encaminhamentos para o GT

- Possibilitar análise econômica dos territórios: o que produz, excedentes, resíduos, aproveitamento de mão de obra local, etc (sistemas regionais/ territoriais);

- Levar em conta as experiências de ES que deixaram de existir. Uma análise das razões do término pode trazer elementos ricos para se entender sobre a sustentabilidade e perenidade de empreendimentos solidários;

- Trabalhar com referencias culturais e étnicos: pensar como melhorar a inclusão de grupos culturais no atual modelo de questionário;
- Composição: substituir o suplente de Nelson (dos empreendimentos), que era o Ivon (TO) por Rosangela (AM);
- Concluir, até novembro de 2005, a fase de pesquisa e inserção de dados;
- Até março de 2006, disponibilizar para os estados os resultados, dados/ análise do mapeamento;
- Fazer em abril de 2006 o lançamento do ATLAS da ecosol no Brasil;

14.3.Indicativos aos estados e coordenação executiva

- Buscar garantir que o orçamento da SENAES tenha recursos para realização dos convênios para montar sistemas estaduais/ territoriais;
- Armazenamento dos dados pelo FBES, com acesso livre dos estados e possibilidade de produção de catálogos ou páginas internet;
- Transformar as EGEs em comissões gestoras estaduais (como PR) para a gestão dos sistemas estaduais de informação;
- Implantação de sistemas especiais/ territoriais de ES, além dos estaduais (por exemplo, sistema de determinado ramo de atividade econômica);
- As informações do SIES podem servir para subsidiar ações para a conferência, como por exemplo dar pistas sobre como devem se distribuir a cota de delegadas/os por ramo de atividade)
- Fóruns Estaduais devem acompanhar mais proximamente o mapeamento junto à entidade proponente.

14.4.Preocupações

- Como pegar essas informações (do mapeamento) e implementar na prática da ES?
- Como manter a alimentação do sistema de mapeamento;

14.5.Desafios

- O mapeamento deve estar articulado com a produção, comercialização e consumo e formação;
- O resultado do mapeamento deve contribuir para interlocução dos GTs, como o de mapeamento e de produção, comercialização e consumo.

15.Comunicação

15.1.Avaliação do GT

- O GT se reuniu 2 vezes desde sua criação neste ano;
- Tem havido grande comunicação interna no GT, via lista de e-mail;
- Avançou-se no projeto da campanha: spots de rádio, temas da campanha, logomarca;
- Faltam ainda: material gráfico, programetes de rádio e de vídeo;

- O GT centrou-se apenas na proposta de construção da Campanha de Divulgação da ES: deve voltar-se também para a elaboração de proposta de plano estratégico nacional de comunicação;

15.2.Encaminhamentos

- Foram incluídos novos representantes da Coordenação Nacional na lista de e-mails do GT de Comunicação com o objetivo de contribuírem com a análise e acompanhamento dos materiais que estão sendo produzidos pela campanha. Os novos nomes são:

Edson – ES

João Correa – FASE

Ronald – Cáritas Amazonas

Caren – trabalha com comunicação - Pará

Patrícia – SC

- Campanha: Lançar material gráfico só junto como resto do material em 2006;

- Comunicação interna:

. Implementar a lista de e-mails específica para comunicação interna da Coordenação Nacional (cfbes@yahoogrupos.com.br);

. Secretaria executiva buscar enviar informações muito importantes por correio postal para quem tem dificuldades de acessar internet.

15.3.Indicativos aos estados

- Indicar no Fórum Estadual uma ou mais pessoas responsáveis por se manter a par das informações enviadas pela secretaria executiva nacional via e-mail, e reproduzir (imprimir) para divulgar;

- Para a impressão, o estado pode buscar parcerias, incluindo câmaras legislativas e as entidades de assessoria que fazem parte do FEES;

16.FSM2006

- O FBES deve inscrever mais 4 oficinas, além dos três seminários que já estavam inscritos, da ES enquanto estratégia de desenvolvimento local, nacional e regional (América do Sul);

- A equipe que vai agora para Caracas deve fazer as articulações para preparar o campo para a ida de nossa delegação brasileira para o FSM2006;

- O GT-RI é a instância central que vai avançar na preparação da participação do FBES no FSM2006. O GT-RI fica também responsável por mandar aos estados (e os estados avaliem e definam) uma primeira proposta de critérios para escolha da delegação brasileira em Caracas2006.

17.Pan Amazônico

- Deve ser feita uma discussão sobre o Pan Amazônico, que vai acontecer antes do FSM2006.

18. Próxima reunião nacional

- A VI reunião da Coordenação Nacional ocorrerá na data normal (entre abril e maio de 2006);
- Os recursos economizados em não fazer o COIN do início de ano devem ajudar a cobrir os gastos da Coordenação Executiva;
- Na reunião da coordenação nacional será debatido, entre outros pontos de pauta, a reestruturação interna do FBES (regimento interno, GTs, etc.);
- Entrada de novas entidades nacionais da Coordenação Nacional do FBES:
 - * Aprovada a entrada de Unicafes, Unisol, IMS e EcoSol;
 - * Deve ser discutido e aprovado um Regimento Interno do FBES (já há uma proposta), na próxima reunião da Coordenação Nacional ou na IV Plenária de ES, para só então deliberar sobre a entrada ou saída de outras entidades;

19. Dia Nacional da Economia Solidária

19.1. Indicativos aos estados

- Sugerimos que os Fóruns Estaduais realizem atividades no dia 15 de dezembro (eventos, manifestações, feiras) para mostrar a cara da ES;
- Mobilizar e entrar em contato com pessoas de destaque e instituições renomadas para que se manifestem quanto ao dia:
 - . Senadores, Instituto Chico Mendes, Marina Silva, governador do Acre, etc...
 - . Acre tentará garantir esta inserção em meios de comunicação.
 - . A secretaria executiva envia uma proposta de carta para o Acre e outros estados usarem.
 - . Podemos tentar articular que a criação do CNES seja próximo à data ou mesmo no próprio dia 15/12;
 - . Frentes parlamentares também podem se mobilizar para sensibilizar parlamentares para que façam homenagem em suas falas.

19.2. Resultados e encaminhamentos

- Este dia será o dia em que começa a campanha de arrecadação interna de recursos para o FBES (contribuições dos empreendimentos e das entidades)
- A secretaria executiva fará um folheto para os estados reproduzirem e usarem no dia 15;